

ABREU, Carlos d', e PIRES, Basileu (coords.). *Jornadas Culturais de Balsamão - A Cultura Mirandesa*. Carviçais: Lema d'Origem Editora, 2016. 221 pp.

Este é um daqueles livros que, mesmo antes de ser publicado, já me despertava grande interesse e curiosidade, nomeadamente pelo contacto que tive com o trabalho de investigação que desenvolve um dos seus coordenadores, Carlos d'Abreu. A este meu estimado colega no Ministério da Educação há muito lhe reconheço o mérito na defesa da cultura raiana e admiro a sensibilidade demonstrada em questões que vão do «global ao local», na defesa de um património material e imaterial, bem exemplificados na empenhada participação nestas Jornadas, bem como no seu trabalho persistente e disciplinado no registo em livro das actas, evitando que se perca a memória destas comunicações, todas elas de reconhecidos investigadores que, mesmo que não sendo especialistas em cultura mirandesa, partilham igualmente esta curiosidade e este afeto pelas Terras de Miranda, nomeadamente pela língua mirandesa (assim reconhecida oficialmente desde 1999), como percebendo da sua importância para as gentes que habitam ou têm as suas raízes nesta geografia. Fui portanto «cativada», assim como a raposa do «Príncipezinho» de St. Exupéry, e através do Carlos criei laços com os autores das treze comunicações publicadas neste livro e me aproximei ao pensamento improvável e inusitado sobre «o respeito pelas gramáticas e sonoridades locais», sobre como «um dialeto, uma língua com menos falantes, ou mesmo um regionalismo, nunca é, nunca pode ser, para os seus falantes, um pormenor descartável» (p. 17).

As XVIII Jornadas decorreram de 1 a 4 de outubro de 2015 e abordaram o tema da língua e a cultura mirandesas, «realidade muito querida aos membros do Centro Cultural de Balsamão, particularmente ao seu presidente da direção, que é mirandês», como é referido na Apresentação do P.<sup>e</sup> Basileu Pires que abre o livro. Ainda antes dos contributos dos oradores figura o programa destas Jornadas, organizadas pelo Centro Cultural de Balsamão e pela Câmara Municipal de Miranda do Douro. Numa perspetiva tangível, unicamente pelo enquadramento arquitetónico e paisagístico do Convento de Balsamão (Chacim), onde as referidas Jornadas tiveram lugar, a simples participação foi em si uma experiência gratificante e invulgar. Numa perspetiva mais intangível destaco a qualidade das comunicações, como veremos adiante, mas também a riqueza de vivências espirituais e materiais que vão da música à dança, passando por visitas a museus, teatro, lançamento de livros, leitura de poesia, tertúlias, convívios e passeios de vária natureza. Estes últimos permitem conhecer a região e o seu riquíssimo património natural e ambiental, o seu património edificado, arqueológico, antropológico, etnográfico, religioso, gastronómico, enchendo a alma aos que cultivam a ciência, a cultura e a arte, que são curiosos e amam o saber, amam investigar, amam «o convívio com as obras dos poetas, dos prosadores, dos que fazem a leitura do quotidiano pelo viés da pensabilidade dos factos, dos que interiorizam as vivências devolvendo-as em objectos de arte» (J. H. Dias, 2005). Experimenta-se ainda uma vivência religiosa ecuménica, com a celebração de uma eucaristia. Naturalmente, porque as Jornadas se realizam num convento dos Padres Marianos da Imaculada Conceição, mas talvez também porque os valores e a prática religiosa católica fazem parte da cultura raiana. Em resumo: a cultura como *Bildung* – educação, formação, desenvolvimento da mente e do intelecto; a cultura como Art & Heritage – música, dança, teatro, literatura, artes plásticas, património; e a cultura como *Kultur*, Identidade, «como a maneira ou as maneiras coletivas de pensar e de sentir, i. e., um conjunto de costumes, de instituições e de obras que constituem a herança social de uma comunidade ou grupo de comunidades» (Abreu, p. 135) são conceitos diferentes de *cultura* que convivem e coabitam nestes quatro dias de Jornadas, o que só pode ser visto como um pilar de desenvolvimento da região e uma forma de apelo à fixação das populações, sobretudo jovens.

Os coordenadores desta obra dividiram-na em 16 «capítulos», dos quais 13 são artigos científicos, que correspondem às comunicações apresentadas pelos oradores. A problemática tratada, «Do global ao local: a cultura mirandesa», remete para «o processo de globalização homogeneizante –tipo rasoira– ... que não respeita e valoriza as idiosincrasias e os «contributos singulares»,

nas palavras do autor da primeira comunicação, José Maria Silva Rosa, cujo primeiro ponto, sugestivamente intitulado «A Glocalização» (p. 15), começa com a seguinte afirmação de Georges Steiner: «O génio da Europa é aquilo que William Blake teria chamado ‘a santidade do por-menor diminuto’» (*A Ideia de Europa*, pp. 49-50 da edição portuguesa). É o génio da diversidade linguística, cultural e social, de um mosaico pródigo que muitas vezes percorre uma distância trivial, separando (apenas) por vinte quilómetros uma divisão entre mundos ... no realismo do que descreve e no cenário que antecipa deve ser como um programa de ação frente a esta globalização homogeneizante» (p. 16). Identifico-me bastante com este autor. Também «o meu olhar sobre Miranda é um olhar bastante exterior», mas «é igualmente um olhar de respeito, admiração, apreço..., e sobretudo um olhar interrogativo.» Compreendo-o especialmente quando escreve: «Amiúde só nos conhecemos bem pelos olhos do outro, particularmente daqueles que não são da nossa tribo, os que vêm de outras paragens e de outras culturas. Ou seja, o estranho, o estrangeiro, o peregrino que, por ter visitado paragens outras, visto outros costumes, falado outras línguas, pode precisamente também por isso alargar o nosso olhar e o horizonte do nosso quintal... a alteridade é essencial à construção da nossa própria identidade e à tomada de consciência daquilo que somos» (pp. 13-14). Precisamente, sinto como se o horizonte do meu quintal se alargasse quando ouço o Carlos d’Abreu falar –ou declamar– sobre estas paisagens, estas terras transfronteiriças, estas gentes raianas «que celebram existencialmente a partilha, transgredindo essas linhas imaginárias e inexistentes, que são as fronteiras.»

O segundo artigo é de um especialista em língua mirandesa, António Bárbolo Alves. Inclui várias referências a outros especialistas, como o memorável José Leite de Vasconcelos, para abordar «A origem da língua Mirandesa, os seus mil anos de história, cem anos de dialecto e vinte de língua». A origem da língua mirandesa é o latim... Esta língua «misturou-se», naturalmente, com os substratos já existentes, dando origem a vários dialetos e a novas línguas como o *asturo-leonês*, falado na faixa ocidental do centro peninsular. Do lado português, o espaço geográfico do *mirandês* é descrito com recurso a várias referências e citações concluindo que «a língua mirandesa ocupou em tempos idos um espaço bem mais vasto que aquele em que hoje se encontra confinado... que pode até confundir-se com o *falar transmontano* ainda que, como se sabe, quando falamos em fronteiras linguísticas se deve considerar que estamos em presença de espaços de continuidade e não de linhas de demarcação e muito menos de ruptura» (p. 27). Afinal, «...as gentes mirandesas, leonesas e asturianas falaram variedades de latim muito próximas durante séculos» (p. 35).

No terceiro artigo, o geógrafo Carlos Ferreira expõe de uma forma muito pragmática a língua e cultura mirandesas, bem sistematizada e bem documentada com mapas e gráficos, porque encontramos «hoje ainda influências ou ressaibos linguísticos asturo-leoneses». Ressalta também que «a *Terra de Miranda* possui uma individualidade histórica, cultural e geográfica, com longa tradição... onde se teima (a *teimosia* é uma característica dos mirandeses referida por vários autores) em falar uma língua que nos ata às sucessivas camadas de história que são o cordão umbilical que nos liga... *hai que saber tenerse na raiz*» (pp. 37-58).

Rosa Sánchez, música, professora e investigadora de Culturas Ibéricas, fala-nos da língua mirandesa no contexto das línguas ibéricas. Ficamos a saber que pertencemos à área ibero-românica de falantes de línguas românicas, que engloba todas as variedades da Península Ibérica de origem latino: galego, português, catalão, valenciano, castelhano, andaluz, murciano, extremeño, navarro, aragonês, asturiano, leonês e mirandês. Torna-se evidente que «a evolução linguística está intimamente ligada à evolução histórico-social dos povos e caracteriza-se, no tempo e no espaço, por um conjunto de tendências que vão surgindo aqui e além... Assim sendo, a existência do mirandês representa uma prova viva do percurso histórico e linguístico da Península Ibérica ao longo dos séculos». Trata-se de uma abordagem muito pertinente, oportuna e atual, tendo em conta que hoje muitos dos problemas que existem em Espanha têm a ver com esta diversidade histórica e linguística mal resolvida, ao contrário do que sucede em Portugal que «ocupa uma área que se manteve estável desde a origem... e é um país que ignora os problemas criados em outras regiões de minorias linguísticas» (pp. 62-69).

Em seguida, fruímos de «Apontamentos sobre a origem dos mitos», sobretudo no mundo ocidental. Três autores, Carlos Revez Inácio, Fernando Afonso Andrade Lemos e José António Silva debruçam-se sobre os símbolos, mitos, lendas «que são afinal criações humanas no intuito de significar o transcendente que o homem sente sempre presente». Este estudo dos mitos permitirá conhecer as raízes, compreender o presente e determinar linhas de estudo para o futuro no sentido de contribuir para uma visão mais completa da história e da cultura mirandesa, despida de preconceitos, uma visão de certa forma heterodoxa mas que documenta intrinsecamente a sua história.

«O que é a Raia? Existe uma Cultura Raiana?» é um capítulo fundamental pela transversalidade da abordagem. As interrogações surgem logo no título, mas no texto tem muitas mais. Imaginem a (ir)responsabilidade, como diz o próprio autor, Carlos d'Abreu. Somos *raianos* os que vivemos –ou temos raízes– próximos da linha de fronteira, logo «nas bordas, na periferia, nas zonas marginais», sendo por isso terras com características culturais, sociais, económicas e políticas, distintas das restantes regiões dos dois Estados que separa, Portugal e Espanha. Na sua opinião, para nós, *as pessoas das Terras de Miranda, que se localizam na Raia, raia* passou a designar um território em concreto, ou seja, aquele que se estende ao longo de ambos os lados da linha de fronteira política, *–não fronteira natural que esta apenas o Mar impõe–* cujos limites podemos demarcar. »Diremos que a raia se estende até onde chega *a sombra da fronteira* –uma expressão da antropóloga política Maria de Fátima Amante, feliz, realmente–, i. e., até onde chegam as (mais variadas) influências dum Estado no interior do Estado vizinho» (p. 130). São aquelas em que o poder se esbate. É mais difícil de exercer, porque se encontra mais distante, porque esse exercício exige mais meios e é por isso mais desprezada pelo Estado. É recordado neste contexto que a linha de fronteira de que falamos possui uma extensão de cerca de 1.300 Km, fixada já na longínqua Idade Média e praticamente imutável desde o Tratado de Alcañices (1297). Em jeito de síntese, aparece no final (p. 135) um poema delicioso, bilingue português e castelhano, da sua autoria, redigido «quando atravessávamos a linha de fronteira entre o concelho de Bragança e a comarca de Sanábria, por Portelo e Calabor» de que transcrevo apenas os dois últimos versos:

*Afinal a mesma terra / Al final la misma tierra /  
Afinal a mesma gente / Al final la misma gente*

Tal epíteto diz muito quanto ao ser e sentir do Carlos d'Abreu, que não se sente português ou espanhol, mas sim raiano, como os mirandeses. Afinal, neste texto, encontramos respostas, que podem não ser consensuais, mas são muito completas quanto às questões iniciais colocadas pelo autor.

O contributo de António Pinelo Tiza diz respeito a um aspeto cultural e artístico incontornável: «A dança dos paus em Terras de Miranda». «*A dança dos pauliteiros, em Portugal, está associada a Miranda do Douro, mas dança-se também noutros concelhos do distrito de Bragança*». Do lado de *Espanha*, se dança também em *Zamora, Castela e Leão, Galiza e País Basco*. As suas origens, que remontam à Idade Média, estão muito associadas às antigas celebrações do culto agrário (p. 141); o seu contexto festivo está muito associado às celebrações cristãs, «a dança dos paulitos persiste como antiquíssima usança nas procissões, nas romarias, nas festas» (p. 145). O autor descreve pormenorizadamente, por exemplo, o seu enquadramento nas festas de Nossa Senhora do Rosário, de Santa Bárbara, do *Corpus Christi* e outras, algumas também de cariz pagão. É ilustrado com imagens que facilmente enquadram o conhecimento da ambiência que se pretende caracterizar, fontes documentais por vezes mais poderosas do que o registo escrito e que sustentam um exercício de memória mais rico.

O conteúdo da autoria de Paulo Preto trata o património musical das Terras Mirandesas, Nordeste Transmontano, «uma região com um património musical e etnográfico único» que o grupo musical *Galandum Galundaina*, ao qual pertence o autor, investiga e recolhe ao longo dos últimos 20 anos. Todos os elementos do grupo têm formação académica na área da música e procuram

imprimir «um sentido renovado no modo de entender as sonoridades que desde sempre conheceram. ...encontrar as raízes que permitem que a cultura se desenvolva» (p. 155). Não tenho dúvidas sobre o que os *Galandum Galundaina*, em concerto, garantem «um espetáculo com muito movimento, inconfundível na dinâmica, nos timbres e ritmos».

Segue-se um artigo que conta na primeira pessoa a vida (difícil) de um «fabricante de instrumentos musicais mirandeses», Célio José Pires, cujo «*tiu* Manuel de Paradela, que ainda é vivo, fazia *gaitas*» (p. 160) e que conhecia o *tiu* Zé Gaiteiro de Ifanes, a quem o autor comprou uma ponteira, sendo, no entanto, em Ferreras de Abajo (Zamora), na casa de Leovigildo Santamaría, onde adquiriu a sua primeira ponteira sanabresa... A sonoridade deste texto é em si um hino aos instrumentos de foles como são as gaitas, as sanfonas ou até uma charamela, que também fabrica.

Num livro que fala de cultura, também na sua aceção do conjunto de bens ligados ao tríptico artes, humanidades e ciências, o teatro seria quase obrigatório. Valdemar Gonçalves, mirandês de *La Pruoba* (Póvoa), explora o «filão» do teatro popular mirandês, vulgarmente designado por colóquios ou entremeses. Estes *colóquios* «são importantes manifestações socioculturais, fruto da alma coletiva de um povo e que fazem parte do rico património tradicional e cultural da região de Miranda do Douro... é feito por e para as gentes simples da terra e com os parcos meios disponíveis. O palco aqui designado por «tabuado», tem lugar ao ar livre, num largo ou terreiro da aldeia... Os colóquios arrastavam e ainda hoje arrastam autênticas multidões, muito mais que o futebol ... em 1948 assistiram ao *Auto da Paixão*, em Duas Igrejas, cerca de 25.000 pessoas» (pp. 207-208).

O arqueólogo Ernesto Albino Vaz explora duas faces pouco conhecidas de Miranda do Douro: a opção mirandesa de D. João III e a herança do período islâmico (séc. X/XI). O assunto em evidência constitui no seu conjunto uma fonte de informação mas também um levantamento de alusões existentes no que concerne a estes temas. Trata-se de um contributo para valorizar a história, a memória, o património material, mas também social e simbólico de Miranda do Douro. É sempre do conhecimento da história que emerge o ensejo de antecipação e a capacidade de antevisão perante um futuro global e localmente desafiante. Para além dos assuntos referidos no título, este artigo refere ainda os castelos da Reconquista e as sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. Esta viagem temporal do séc. VIII ao séc. X, que visita o domínio islâmico da Península remetendo a conquista de Miranda do Douro para 893 (presúria *de Zamora*) e «que teve como epílogo a descida definitiva da estremadura (fronteira entre cristãos e muçulmanos) do Douro para o Tejo, em 1085, com a conquista de Toledo *pelo Grande Emperador das Espanhas Alfonso VI*, avô do nosso primeiro rei» (p. 172), usa uma linguagem que, curiosamente, ou não, ouvimos na abertura dos telejornais de hoje e tem a ver com a deslocação da narrativa provocada pela mudança de paradigma que vivemos: «A transformação do emirato de Córdoba em califado, em 929, com Abd-al-Raman III, o anterior emir, descendente dos omíadas de Damasco, que passava a ser o novo Profecta da Hispânia e norte de África, reforçou, política e militarmente, o poderio islâmico, aglutinando-o em torno do novo Califa, que se preparou para o embate com os Cristãos, num claro desafio de desforra política e militar, visando a retoma dos territórios perdidos a norte e sul do Douro» (p. 173).

Francisco Bernardino Domingues, da Associação Nial de la Boubielha, desenvolve um oportuno artigo sobre a «Diáspora geniense em Lisboa na divulgação da língua e cultura mirandesas» dando conta, por exemplo, da criação de uma ativa e empenhada Associação de Língua Mirandesa «que ensina a ler e a escrever os mirandeses espalhados pela Grande Lisboa, pois só deste modo a mesma poderia ser defendida e divulgada. É assim que aparece em 2001 o primeiro curso elementar de Língua e Cultura Mirandesas, com a duração de três anos lectivos, dado pelo professor Amadeu Ferreira na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro. Apesar de haver alguns alunos que eram da área de letras e não falantes de mirandês, a sua maioria era originária de Miranda e quase todos tinham tido o mirandês como língua materna.»

Quase a fechar este livro de actas esta aparece o artigo do presidente da direção do Centro Cultural de Balsamão, Basileu Pires. Apesar de o autor começar logo por referir que não teve

tempo para uma investigação mais profunda, a mim parece-me que as «Lendas e tradições que revelam o tecido cristão da cultura mirandesa» lucram bastante com a forma simples, acessível e direta de comunicar com que nos são apresentadas. Noto, por exemplo, que a questão da ocupação muçulmana de séculos e a reconquista pelos cristãos deixou marcas profundas de terror e consternação que ainda hoje prevalecem. O «Milagre», associado logo ao primeiro conto de tradição cristã aqui referido, «a história do cristão e do mouro, que aparece ao fundo da Igreja de Nossa Senhora do Naso» (p. 191) dá conta do choque de culturas e religiões de tempos idos, mas tão presente e paradigmática nos nossos dias, que deixou marcas na alma do mirandês, segundo este autor «em primeiro lugar uma alma crente» (p. 197).

Como conclusão, numa época em que tanto se fala de «celebrar a diversidade cultural europeia», o tema «Do global ao local» assume profunda relevância, pelo que este livro deve ainda merecer maior destaque. Os artigos atrás sintetizados são afinal olhares sobre a «extensão» enorme que existe neste território de poucos quilómetros, raiano, transfronteiriço, das Terras de Miranda. Como diz Lucrécia Martel, a realizadora argentina, «as tecnologias levam-nos a pensar no mundo com algo que podemos abarcar. As novas tecnologias levam-nos a supor que o mundo é pequeno. Mas, o mundo mantém a mesma extensão, a mesma proporção em relação ao corpo humano. Nesta sensação de abarcabilidade surge um caminho errado, o Global faz-nos perceber a ‘extensão’, que é um conceito orgânico, como algo ‘démodé’. Há uma sensação de pequenez do mundo que é fictícia, faz-nos pensar no mundo com muito menos singularidades do que realmente tem». Suponho que se percorrêssemos esta geografia mirandense a pé, de bicicleta, ou até mesmo de moto, a nossa perceção sobre as mesmas se alteraria, que nos daríamos conta do significado de «extensão» através das particularidades geográficas, culturais, linguísticas que nem sonhamos quando, por exemplo, passamos por ali de avião. Embora o caso português tenha contornos de singularidade mundial em termos de manutenção das mesmas fronteiras físicas há mais de 800 anos, as nações são geralmente construções artificiais cujas fronteiras foram traçadas num contexto de violência. E não se deve confundir cultura e nacionalidade: não existe país no mundo que não albergue mais do que uma cultura diferente mas geralmente coexistente. Património cultural não é a mesma coisa que identidade nacional. «Cultura portuguesa» é, em certa medida, uma abstração, uma ilusão de homogeneidade. Há uma grande diversidade, que se reflete na identidade, que tem a ver, não só com os contornos geográficos, mas, como sabemos, com muitas outras formas de traçar fronteiras, que não são físicas. São formas de *efabular* a realidade e construir como *Nação, uma comunidade imaginada*.

*Olinda Martinho Rio*

Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra